

Projetos disciplinam direitos dos pacientes e captação de órgãos

Normas dispersas em diversos regulamentos são unificadas em uma só proposta com o objetivo de proteger quem se submete a tratamento. Sistema Nacional de Transplantes pode ser reforçado por comissões especializadas

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem projeto que disciplina as relações dos pacientes com os profissionais e

serviços de saúde. Um dos direitos assegurados é o de não se submeter a determinados tratamentos ou procedimentos e ter acesso a todas

as informações sobre o estado de saúde. O projeto segue para a Comissão de Direitos Humanos, onde terá decisão terminativa.

Outro projeto importante na área de saúde foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais. Com o objetivo de dar mais agilidade ao processo de

captação de órgãos para transplantes, a proposta prevê a criação de comissões com a função de identificar potenciais doadores em hospitais. **4 e 8**



José Cruz

O requerimento de Roberto Cavalcanti (E) provocou muita polêmica na Comissão de Ciência e Tecnologia

Mais uma comissão quer ouvir explicações de Dilma e Lobão

A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, estão entre os convidados para uma audiência pública que discutirá as causas do apagão ocorrido no país no último dia 10. A realização da audiência, em conjunto

com duas comissões do Senado, foi aprovada ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia. Apresentado pelo senador Roberto Cavalcanti, o requerimento foi acolhido depois de mais de uma hora de debate, com muita polêmica. **5**



Geraldo Magela

Sarney (esq., à mesa, ao lado de Mesquita Júnior) preside sessão do Senado

“Reforma do Senado deve ser votada este ano”

O prazo para apresentação de emendas à proposta de reforma administrativa do Senado encerra-se hoje, informou ontem o presidente da Casa, José Sarney. Ele disse que a intenção é votar o projeto em Plenário até o fim do ano e enxugar em 40% a máquina do Senado. **5**

Cadastro nacional para crianças desaparecidas

A criação de um Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos foi aprovada ontem pela Comissão de Direitos Humanos. O projeto, que pode ser enviado logo à sanção presidencial, deverá reunir informações sobre menores cujo desaparecimento tenha sido registrado em órgãos de segurança federal ou estadual. **6**



Waldemir Barreto

Presidente da comissão mista, Ideli Salvatti ouve relatório de Colbert Martins

Senado aprova acordos externos e embaixador

O Plenário aprovou ajuda que o Brasil presta a países do oeste da África na área de biocombustíveis. O objetivo é promover a cooperação e o intercâmbio técnico por meio da elaboração de projetos e parcerias com outros países, instituições e organismos internacionais interessados. Além desse acordo, foram

acolhidos seis tratados assinados pelo Brasil com outros países. Os senadores aprovaram também a indicação do diplomata Mauro Luiz Lecker Vieira para a embaixada brasileira nos Estados Unidos. Outras indicações de autoridades, entre elas a de um ministro do Tribunal Superior do Trabalho, foram aceitas. **3**

Relatório sugere medidas contra aquecimento

O estabelecimento de limites legais de perdas técnicas de energia é uma das sugestões contidas no relatório do deputado Colbert Martins apresentado ontem na Comissão Mista de Mudanças Climáticas. O documento, que deverá ser discutido na próxima semana, recomenda, entre outras medidas, a aprovação de diversos projetos. **5**

ORÇAMENTO

Emenda de R\$ 2 bi para garantir preços agrícolas

A Comissão de Agricultura aprovou ontem quatro emendas ao projeto de Orçamento para 2010 no valor total de R\$ 2,32 bilhões. A emenda de maior valor – de R\$ 2 bilhões –, apresentada pelo senador Gilberto Goellner (DEM-MT), tem o objetivo de garantir preços na comercialização de produtos agropecuários. O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), escolheu as quatro emendas entre 68 apresentadas. Um dos critérios foi a coerência com a programação encaminhada pelo Poder Executivo.

TURISMO E CIDADES

Ministérios ganham reforço de R\$ 1,4 bilhão

Os ministérios do Turismo e das Cidades foram os maiores beneficiados com as emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) ao Orçamento de 2010. A comissão aprovou R\$ 700 milhões para cada uma das pastas. Para o Ministério das Cidades, os recursos serão destinados à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Para o Ministério do Turismo, foram aprovados R\$ 300 milhões para infraestrutura turística e R\$ 400 milhões para o Programa de Desenvolvimento do Turismo.

AMBIENTE E FISCALIZAÇÃO

TCU pode ter R\$ 4,6 mi para criação de cargos

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou relatório de Jefferson Praia (PDT-AM) às emendas oferecidas ao projeto de Orçamento de 2010. Das 38 emendas apresentadas, quatro foram selecionadas. Uma delas destina R\$ 4,6 milhões para a criação de cargos no Tribunal de Contas da União (TCU). Jefferson defendeu ainda a aprovação de emenda que garante R\$ 200 milhões para remoção de cargas poluidoras de bacias hidrográficas.

ANIVERSÁRIO

Crivella parabeniza Niterói pelos 436 anos



Ao parabenizar Niterói (RJ) pelos 436 anos de existência a serem comemorados domingo, Marcelo Crivella (PRB-RJ) lembrou nomes importantes na história do município, como Quintino Bocaiuva, Benjamin Constant, Wellington Moreira Franco e Jorge Roberto da Silveira. O senador fez referência especial ao cacique tupi Araribóia, que em 1560 transformou-se em herói ao ajudar os portugueses a expulsar os franceses. Crivella lembrou também que Niterói possui hoje um dos mais altos IDHs (Índice de Desenvolvimento Humano) do país.

Comissão aprova política nacional de extensão rural para agricultura familiar

Projeto do Executivo recebe críticas por não prever licitação para a escolha de empresas que prestarão assistência técnica aos produtores

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou projeto do Poder Executivo (PLC 219/09) que cria a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater).

A matéria foi aprovada por unanimidade, após o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), ter se comprometido a incluir, nos editais de licitação, medidas propostas por Gilberto Goellner (DEM-MT) exigindo a comprovação de capacitação na área de assistência técnica por parte das empresas privadas que serão escolhidas para prestar assistência técnica aos pequenos agricultores.

A oposição defendeu as exigências às empresas de



Goellner faz ressalva, mas aceita acordo que possibilitou aprovação

assistência em razão de o texto aprovado na Câmara propor a dispensa de licitação para as contratações dos serviços de assistência técnica a serem realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. O acordo firmado – que colocou as restrições às empresas apenas nos editais e não no texto aprovado – evitou o retorno do projeto à Câmara dos

Deputados para novo exame, o que ocorreria no caso da aprovação da emenda de Gilberto Goellner

A proposição prevê a implementação da Pnater por meio de um programa nacional a ser desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em parceria com os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Esses conselhos farão o credenciamento, com validade de dois anos, das instituições e organizações capacitadas para a assistência técnica e extensão rural, que apoiarão pequenos agricultores e serão remuneradas com recursos federais.

Lido em Plenário requerimento que cria CPI para investigar a Previdência Social

Mão Santa (PSC-PI) leu ontem requerimento, protocolado pelo senador Mário Couto (PSDB-PA), propondo a criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar denúncias de irregularidades na Previdência Social. Os 36 senadores que assinaram o documento tinham até a meia-noite para retirar o apoio. Se forem mantidas pelo menos 27 assinaturas, os líderes terão de indicar representantes de cada partido para que a comissão seja instalada.

Durante a ordem do dia, Mário Couto havia

cobrado do presidente do Senado, José Sarney, a leitura do requerimento. Sarney explicou que não esteve presente à sessão de quinta-feira passada, quando deu-se entrada no documento. E pediu à Secretaria-Geral da Mesa que preparasse o documento para ser lido.

Mário Couto pediu também a José Sarney que determine a instalação de CPI para investigar supostas irregularidades no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Seu pedido foi protocolado em junho. Sarney disse



Mário Couto pede também início da investigação sobre Dnit

que por três vezes cobrou dos líderes as indicações. O presidente da Casa também comunicou que ele mesmo fará as indicações se os partidos não o fizerem.

PSDB pode obstruir votação do Orçamento

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), anunciou a possibilidade de seu partido obstruir a votação do projeto de Lei Orçamentária para 2010, caso o governo não libere boa parte das emendas individuais de senadores tucanos.

De acordo com o parlamentar, a bancada do PSDB no Senado deverá, na terça-feira, marcar uma data limite para que o Executivo empenhe as emendas individuais de seus senadores.

– Não vamos abrir mão de pelo menos boa parte das emendas de bancada. E o governo não vai poder ficar escolhendo entre amigo do governo e inimigo da oposição. Não vai ter esse primarismo, se é que de fato quer aprovar o Orçamento em tempo hábil – disse.



Arthur Virgílio

Azeredo cobra mais recursos para a saúde

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) afirmou ontem que, apesar do avanço que significou a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), o setor continua carente. O senador elogiou o SUS, que dá cobertura a toda a população brasileira, mas observou que o sistema não consegue atender os doentes “a tempo e a hora”, devido “às intermináveis filas”.

– Não adianta dizer que não tem dinheiro para investir na saúde porque a CPMF [Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira] foi revogada. O governo tem recursos – disse Azeredo, que defendeu a aprovação, pela Câmara, da Emenda Constitucional 29, que fixa percentuais a serem investidos em saúde pela União, estados e municípios.



Eduardo Azeredo

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

Às 11h, o Plenário realiza sessão especial para comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra e o Dia do Zumbi dos Palmares. Às 14h, tem início a sessão plenária. A pauta continua trancada pelo PLC 17/09 (MP 468/09), que transfere para a Caixa Econômica os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos federais.

Agenda do presidente

O presidente do Senado, José Sarney, participa, às 10h30, no Salão Negro do Congresso, de cerimônia de entrega da premiação do II Concurso de Redação do Senado. Em comemoração ao Dia da Bandeira, Sarney participa, às 11h20, de solenidade de hasteamento do Pavilhão Nacional em frente à rampa do Palácio do Congresso. Às 16h, preside a ordem do dia no Plenário.

Propaganda de alimentos

As comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Assuntos Sociais (CAS) realizam, às 10h, audiência conjunta para instruir projeto sobre propaganda de alimentos. Estão convidados, entre outros, o diretor-presidente da Anvisa, Dirceu Raposo de Mello; a coordenadora-geral do Centro de Pesquisa em Alimentação Saudável da UnB, Kênia Baiocchi; e o presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação, Edmundo Klotz.

Propostas para a COP-15

A Comissão Mista de Mudanças Climáticas (CMMC) realiza audiência regional, às 14h, na Assembleia Legislativa do Amazonas. A reunião visa colher críticas e sugestões para as propostas a ser levadas pelo Brasil à 15ª Conferência da ONU sobre Mudança Climática (COP-15), em Copenhague.

Comissão debate LOA para 2010

Às 9h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne para discutir e votar emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2010.

CMO promove reunião às 10h

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza reunião extraordinária, às 10h, no Plenário 2 da Câmara.

Componentes para biodiesel

O primeiro item da pauta da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), que se reúne às 8h30, é o projeto sobre emendas à Lei Orçamentária de 2010. Examina ainda proposta que proíbe o uso de metanol nos processos de fabricação de biodiesel.

Vencedores das redações

Às 10h30, no Salão Negro, o Senado realiza cerimônia de premiação do II Concurso de Redação, cujo tema foi “Muito prazer. Sou cidadão de uma república chamada Brasil”. Logo após, ocorre a solenidade de hasteamento da Bandeira em frente à rampa do Congresso.

CRE: acordos internacionais

Às 10h, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) coloca em discussão e votação emendas ao Orçamento de 2010. Analisa também projetos que aprovam textos de acordos internacionais.

Emendas ao Orçamento

Discussão e votação, às 10h, de emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) ao Orçamento de 2010.

Marconi diz que Lula quer cercear atuação do TCU



Marconi Perillo (PSDB-GO) criticou ontem declarações do presidente Lula de que os órgãos de fiscalização no Brasil "têm

tido o papel de atrasar as obras do governo federal". O senador se referiu especificamente ao Tribunal de Contas da União, acusado pelo presidente de paralisar as obras do PAC por suspeitas de irregularidades apontadas pelo tribunal.

– Querem calar o TCU; querem cercear, limitar até mesmo os deveres constitucionais que foram outorgados a essa instituição pelo legislador constituinte.

Ele afirmou que o TCU precisa ser respeitado no exercício do trabalho técnico que desempenha e que tem poupado milhões de reais aos cofres públicos.

Para Mozarildo, governo devia ficar grato ao tribunal



Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) também criticou os ataques que o presidente Lula tem feito ao Tribunal de Contas da União e por

permitir que seus ministros apresentem projeto para que o tribunal só fiscalize obras depois de prontas.

Depois de lembrar que o presidente da República também afirmou que imprensa não deve investigar obras e apenas noticiar, o senador observou que Lula tenta passar a imagem de que estão atrapalhando o trabalho do governo. Na verdade, continuou, ele deveria ficar grato aos órgãos de fiscalização, por descobrirem quem está roubando o dinheiro que saiu do bolso da população.

Jefferson defende regras mais claras sobre obra pública



Ao relatar sua participação no 25º Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, o senador Jefferson Praia (PDT-AM) defendeu a

adoção de regras que possam conferir mais transparência à execução das obras públicas. O evento ocorreu no início da semana, em Curitiba.

O senador informou que aguarda parecer da Comissão de Ciência e Tecnologia sobre projeto (PLS 439/09) de sua iniciativa legalizando acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) que cria o cadastro único das obras do governo federal.

Jefferson Praia citou outros projetos seus que visam regulamentar e orientar questões como planejamento e fixação de preços de obras públicas.

Plenário aprova projeto que homologa memorando de entendimento firmado entre Brasil e entidade que congrega sete nações do Oeste da África para promover cooperação no desenvolvimento de tecnologia de produção de etanol

Países africanos terão ajuda para produzir biocombustíveis

OS SENADORES APROVARAM ontem projeto de decreto legislativo concordando com texto de memorando de entendimento firmado entre o Brasil e a União Econômica e Monetária do Oeste Africano (Uemoa) na área de biocombustíveis. O objetivo é promover a cooperação e o intercâmbio técnico por meio da elaboração de projetos, parcerias com outros países, instituições e organismos internacionais interessados.

Segundo o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a cooperação envolve realização de seminários técnicos e empresariais, capacitação de recursos humanos, apoio e desenvolvimento de biocombustíveis no âmbito do Programa Regional Biomassa Energia, da Uemoa,

entidade que congrega sete países do oeste africano: Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal, Togo e Guiné-Bissau.

O projeto (PDS 660/09) recebeu parecer favorável de João Tenório (PSDB-AL), aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O memorando foi celebrado em outubro de 2007, em Uagadugu, capital e maior cidade do Burkina Faso.

O relator disse que o desenvolvimento da tecnologia e, futuramente, da produção de biocombustíveis significará uma oportunidade econômica importante para aquela região da África, possibilitando sua inserção no mercado mundial de exportação de energia.

Tenório destacou que o Brasil está na vanguarda do estudo de biocombustíveis, com a tecnologia do etanol. Ao elogiar o memorando assinado, o senador afirmou que foi conferido um cuidado especial no texto quanto ao tema dos direitos de propriedade intelectual.

– As condições para a aquisição, manutenção e exploração comerciais serão definidas em projetos, contratos ou programas de trabalho específicos, os quais determinarão a disciplina da confidencialidade de informações cuja revelação ou divulgação possa colocar em risco a aquisição, manutenção ou exploração comercial desses direitos sobre possíveis produtos ou processos obtidos sob o acordo bilateral – explicou.

Adiada decisão sobre Venezuela no Mercosul

Os líderes partidários adiaram a decisão sobre o ingresso da Venezuela no Mercosul, que estava prevista para a sessão de ontem. Após a votação das indicações de autoridades e de projetos de decretos legislativos, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou reunião para definir pauta de votações até o final do ano.

A sugestão partiu do líder do Democratas, José Agripino (RN). Segundo o senador, a reunião deverá ocorrer terça-feira.

Agripino disse que até terça os partidos da oposição analisarão as matérias em discussão para definir as prioridades. Em nome do PSDB, Alvaro Dias (PR) apoiou a iniciativa de organizar a pauta e reforçou a posição do partido contrária à adesão da Venezuela ao Mercosul.

Aprovado novo embaixador do Brasil nos EUA

O Plenário aprovou ontem a indicação do diplomata Mauro Luiz Iecker Vieira para chefiar a embaixada brasileira nos Estados Unidos. Também foram aprovadas as mensagens de indicação dos seguintes diplomatas: Enio Cordeiro, para a Argentina; Miguel Júnior França Chaves de Magalhães, São Cristóvão e Névis; Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, Etiópia; Renato Xavier, São Vicente e Granadinas; e Haroldo Teixeira Valladão Filho, Trinidad e Tobago.

Durante os debates, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) comemorou a indicação de Enio Cordeiro para a Argentina. Ela observou que o país vizinho é extremamente importante para o Brasil e citou o esforço feito pelo Parlamento do Mercosul para consolidar o bloco.

Senado acolhe indicação para ministro do TST

O Plenário do Senado acolheu a indicação de Augusto César Leite de Carvalho para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Seu nome foi referendado com 49 votos favoráveis e apenas 3 votos contrários. Ontem mesmo, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) tinha sabatinado e aprovado Carvalho.

Atualmente, Augusto César Leite de Carvalho ocupa o cargo de juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, com sede em Aracaju. Ele fez doutorado em Direito das Relações Sociais na Universidade de Castilla la Mancha, na Espanha, e é professor da Universidade Federal de Sergipe. O novo integrante do TST vai ocupar a vaga decorrente da aposentadoria do ministro Rider Nogueira de Brito.



Senadores aprovam acordos internacionais e adiam votação sobre ingresso da Venezuela no Mercosul

NOVA IDENTIDADE PARA MARÍTIMOS

Acordo internacional que trata do novo documento de identidade do trabalhador marítimo foi aprovado pelo Plenário. O texto (PDL 389/09) é fruto da revisão da Convenção 185 da Organização Internacional do Trabalho, feita após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. O projeto, que recebeu parecer favorável de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), foi aprovado por acordo de liderança e segue agora para promulgação.

EXTRADIÇÃO: ACORDO COM MOÇAMBIQUE

O Projeto de Decreto Legislativo 396/09, que aprova acordo de extradição entre Brasil e Moçambique, foi aprovado ontem pelo Plenário e será remetido à promulgação. Com 32 artigos, o acordo determina que pessoas condenadas pela Justiça e refugiadas nos territórios desses dois países devam ser entregues às autoridades competentes. Esses refugiados deverão ser presos ou processados criminalmente quando forem entregues às autoridades.

COOPERAÇÃO COM BURKINA FASO

Projeto de decreto legislativo (PDS 656/09) que aprova acordo de cooperação técnica entre Brasil e Burkina Faso foi homologado ontem pelo Plenário, em votação simbólica. O objetivo do acordo é incrementar a troca de informações e projetos na área de ciência e tecnologia. Denominado antigamente de Alto Volta, Burkina Faso é um país africano limitado ao oeste e ao norte pelo Mali e ao sul por Benin, Togo e Gana, e sua capital é Uagadugu.

COOPERAÇÃO COM EQUADOR EM TURISMO

O Plenário aprovou Projeto de Decreto Legislativo 390/09 que homologa acordo de cooperação técnica na área do turismo firmado entre o Brasil e o Equador. O acordo prevê, entre outros itens, o intercâmbio de informações e a realização de projetos com o objetivo de combater o turismo sexual envolvendo a exploração de menores de idade. O texto estabelece o desenvolvimento da cooperação técnica entre autoridades e empresas.

BRASIL E SURINAME UNIDOS POR DEFESA

Foi acolhido também o projeto de decreto legislativo (PDS 499/09) que concorda integralmente com o texto de acordo firmado entre o Brasil e o Suriname sobre cooperação na área de defesa, com o objetivo de promover ações conjuntas de treinamento, instrução militar, aquisição de produtos e serviços. O acordo também dá ênfase à pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico, compartilhamento de conhecimentos e experiências.

REGRAS PARA ACORDO DE DEFESA COM CHILE

O Plenário aprovou projeto de decreto legislativo (PDS 719/09) que homologa acordo assinado há quase um ano entre Brasil e Chile sobre cooperação em defesa. Com nove artigos, o acordo estabelece regras gerais para cooperação nessa área, incluindo intercâmbio de conhecimentos, experiências, instrutores e estudantes de instituições militares e informação nas áreas de ciência e tecnologia. Haverá visitas a aeronaves e navios militares.

FORÇA AÉREA

Benefício a oriundo do quadro de taifeiro

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou projeto (PLC 282/09) que assegura o acesso às graduações superiores, na inatividade, aos militares oriundos do Quadro de Taifeiros da Aeronáutica (QTA) na reserva remunerada, reformados ou no serviço ativo.

A regra beneficia os que tenham ingressado no quadro até 31 de dezembro de 1992. A proposta, relatada na CCJ por Francisco Dornelles (PP-RJ), vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), para decisão terminativa.

TREINAMENTO

Capacitação em recursos hídricos

Os senadores da Comissão de Constituição e Justiça aprovaram projeto de autoria do então senador Paulo Octávio de acrescenta programa de capacitação de recursos humanos à relação de instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Paulo Octávio argumentou, quando da apresentação da proposta (PLS 417/03), haver uma grande demanda por capacitação em gestão de recursos hídricos por parte de setores do governo e da população.

RECURSOS

Emenda ao Orçamento fortalece Defensoria

Três das quatro emendas aprovadas pela Comissão de Constituição e Justiça, para serem apresentadas ao projeto de Orçamento de 2010, se destinam a unidades vinculadas ao Ministério da Justiça: R\$ 110 milhões à Defensoria Pública da União; R\$ 540 milhões ao Fundo Penitenciário; e R\$ 190 milhões à segurança pública.

Para a modernização de instalações da Justiça Federal de 1º grau, a CCJ destinou R\$ 50 milhões. As emendas foram relatadas pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

AUDIÊNCIA

Debate com ministro sobre o vale-cultura



O projeto que institui o vale-cultura (PLS 221/09) será debatido, com a presença do ministro da Cultura, Juca Ferreira, em audiência pública conjunta de quatro comissões permanentes do Senado. Ontem, duas aprovaram a realização do debate: a de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e a de Assuntos Sociais (CAS). Requerimento semelhante já havia sido aprovado pelas comissões de Educação Cultura e Esporte (CE) e de Assuntos Econômicos (CAE). A reunião deve ocorrer no próximo dia 24.

A instituição do vale-cultura, no valor mensal de R\$ 50, tramita em regime de urgência.

Conforme proposta, as pessoas que se encontrem sob cuidados médicos deverão ter acesso a todas as informações sobre seu estado de saúde. Matéria vai agora à CDH

Projeto que disciplina direitos dos pacientes passa na CCJ

PROPOSTA QUE DISCIPLINA as relações dos pacientes com profissionais e serviços de saúde e assegura ao paciente direitos como o de não ser submetido a determinados tratamentos ou procedimentos e ter acesso a todas as informações sobre seu estado de saúde foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). De iniciativa do senador Delcídio Amaral (PT-MS), o projeto vai agora ao exame da Comissão de Direitos Humanos (CDH), em decisão terminativa.

A proposição unifica os direitos dos pacientes atendidos por profissionais de saúde que estão dispersos em vários instrumentos jurídicos, como a Constituição, os códigos Civil e de Defesa do Consumidor, leis como a dos Planos de Saúde e o Código de Ética Médica. O relator, senador Augusto Botelho (PT-RR), acolheu em seu substitutivo emenda apresentada por Delcídio.

O projeto determina que os hospitais facilitarão o acesso dos pacientes internados e seus acompanhantes à assistência religiosa e deverão dispor de

Respeito ao paciente

O projeto segue agora para a Comissão de Direitos Humanos (CDH), onde receberá decisão terminativa

- Acesso irrestrito às **informações** relativas à sua doença e ao seu estado de saúde, inclusive ao conteúdo do prontuário
- Liberdade de **consultar outros profissionais de saúde**, além daqueles que o estiverem assistindo, a fim de obter outra opinião ou esclarecimento a respeito do seu diagnóstico, prognóstico ou tratamento
- Direito de **submeter-se ou não** a tratamento ou procedimento diagnóstico ou terapêutico
- **Confidencialidade** das informações referentes ao seu estado de saúde
- Respeito à **privacidade**
- Respeito à **intimidade**, física e moral, durante o período em que estiver sob os cuidados do serviço de saúde
- Manutenção de **objetos pessoais** durante o período de internação
- Direito à **comunicação** com familiares e amigos

Foto: Stock/CHNG

espaço físico adequado e destinado exclusivamente às atividades religiosas. Prevê ainda que cada paciente atendido terá um prontuário, que deverá ser conservado pelos serviços de saúde por prazo não inferior a dez anos.

Campanhas

Conforme o texto, os estabelecimentos de saúde fornecerão os meios para garantir o acesso dos pacientes aos direitos defi-

nidos na lei e o poder público deverá realizar campanhas para esclarecer a população sobre tais direitos.

Proposição anterior (PLS 79/03) de autoria do então senador Lúcio Alcântara havia sido arquivada e foi reapresentada por Delcídio. Outras propostas com o mesmo objetivo foram apresentadas por Pedro Simon (PMDB-RS), Papaléo Paes (PSDB-AP) e pelo então senador Carlos Bezerra.

Acordo entre MP e polícias sobre projeto

Depois de duas audiências públicas e muita negociação, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) conseguiu viabilizar entendimento entre o Ministério Público (MP) e as polícias (civil e federal) em torno do PLS 150/06, que define organização criminosa e regula a investigação criminal, os meios de obtenção de prova e o procedimento criminal a ser seguido em casos de crimes correlatos. Relator da proposta na CCJ, Mercadante chegou a apresentar seu parecer na reunião de ontem, mas pedido de vista do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) adiou a votação do texto.

Apesar de o MP e as polícias



Demostenes Torres (E) ouve Mercadante na CCJ

terem chegado a consenso sobre o PLS 150/06, de autoria de Serys Slhessarenko (PT-MT), o Supremo Tribunal Federal (STF) ainda não concluiu o julgamento de 14 ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) relativas à conciliação entre os poderes de investigação do Ministério Público e a atribuição

constitucional da polícia judiciária na apuração de infrações penais. Mesmo tendo relação direta com dispositivos do projeto, esse processo no STF não inviabilizaria a votação do substitutivo ao PLS 150/06 pelo Senado, conforme ressaltou Mercadante.

O acordo firmado resultou na definição do papel do Ministério Público como órgão de controle externo das polícias e na manutenção da dignidade e da competência do aparelho policial na apuração de infrações penais. Um membro do MP passará a acompanhar todo inquérito junto às corregedorias que envolva policiais denunciados por corrupção.

Mais um passo na criação do Banco do Centro-Oeste

Foi aprovada ontem pela CCJ a emenda substitutiva ao projeto (PLS 303/08) que autoriza o Executivo a criar o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste (BDCO). A matéria já havia sido aprovada na terça-feira pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Pelo texto, os recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) transferidos nos últimos 20 anos ao Banco do Brasil (BB) ainda vão permanecer nesta instituição, no mínimo, por 15 anos, a contar do início do funcionamento do futuro banco. Depois disso, o estoque estimado hoje em R\$ 12 bilhões começará a ser transferido ao BDCO, respeitando o cronograma de retorno das operações de crédito firmadas.

Fruto de acordo com o Ministério da Fazenda, a emenda foi apresentada em Plenário por Lúcia Vânia (PSDB-GO), ao projeto de sua própria autoria. A proposta vai agora ao Plenário.

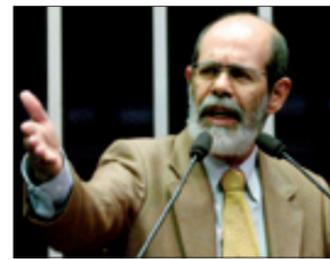
Aprovado estágio-visita de universitários no Senado

Como forma de divulgar o cotidiano da atividade parlamentar entre os estudantes universitários, a CCJ aprovou ontem parecer favorável de Osmar Dias (PDT-PR), com duas emendas, a projeto que cria o estágio-visita no Senado. A matéria ainda será examinada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e pela Comissão Diretora do Senado, antes de ir a Plenário.

De acordo com o projeto (PRS 11/09), o estágio-visita é um programa de natureza educativa que prevê a realização de visitas orientadas e participação em palestras, conferências e seminários sobre o funcionamento do Legislativo, em especial do Senado, com duração máxima de cinco dias corridos. A proposição, de Inácio Arruda (PCdoB-CE), estabelece ainda que poderá participar do estágio-visita qualquer estudante universitário maior de 18 anos que não tenha integrado programa similar do Senado.

MUDANÇA

Referendo sobre horário no Acre



A população do Acre poderá ser ouvida, no próximo ano, sobre recente alteração ocorrida no horário do estado. A realização de referendo com esse objetivo, em paralelo às eleições de 2010, foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Essa possibilidade foi aberta com a aprovação de parecer favorável do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) a projeto de decreto legislativo (PDS 867/09) de iniciativa do deputado federal Flaviano Melo (PMDB-AC). A matéria deverá ser votada em Plenário em regime de urgência.

BIODIVERSIDADE

Autorizada criação da Biobras

A CCJ aprovou ontem parecer favorável de Gilvam Borges (PMDB-AP) a projeto de lei (PLS 583/07) de Marcelo Crivella (PRB-RJ) que autoriza o Executivo a criar a Fundação Instituto de Pesquisa da Biodiversidade Brasileira (Biobras). No relatório, Gilvam Borges decidiu não acolher voto em separado de Marina Silva (PV-AC), que defendia a rejeição da proposta. O PLS 583/07 segue agora para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

DIREITOS

Aposentadoria especial de policiais

Polêmica em torno da aposentadoria especial do servidor policial foi analisada pela CCJ, que acolheu parecer de Valter Pereira (PMDB-MS) ao Aviso 21/09. O senador defende a aprovação de projeto de lei (PLS 68/03 – Complementar) de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial a servidores públicos portadores de deficiência, aos policiais que exerçam atividades de risco e aos servidores que exerçam atividades insalubres.

APROVAÇÃO

Voto de aplauso a Fernando Henrique

Dois requerimentos de audiência foram aprovados pela CCJ. Uma deverá instruir a votação do projeto (PLS 213/03) de Paulo Paim (PT-RS) que institui o Estatuto da Igualdade Racial e a outra abordará denúncias de irregularidades na Ferrovia Norte-Sul. A CCJ também aprovou voto de Tasso Jereissati (PSDB-CE) a requerimento de Arthur Virgílio (PSDB-AM) de aplauso a Fernando Henrique Cardoso pelo lançamento do livro *América Latina, desafios da democracia e do desenvolvimento*.

APROVADAS EMENDAS DA CCT PARA PESQUISA

A EMENDA AO ORÇAMENTO de maior valor, entre as que serão apresentadas pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), conforme decisão tomada ontem, destina-se a ampliar em R\$ 290 milhões o montante de recursos para "Fomento à pesquisa e desenvolvimento em áreas básicas e estratégicas" e foi sugerida pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR). Para "Pesquisa, desenvolvimento e inovação em energias do futuro", a CCT aprovou emenda no valor de R\$ 200 milhões, a partir de sugestão de Cícero Lucena (PSDB-PB). Já para a Missão Antártica, a CCT aprovou emenda de R\$ 150 milhões, defendida por diversos parlamentares.

INÁCIO ARRUDA REFORÇA APELO POR BATTISTI

INÁCIO ARRUDA (PCDOB-CE) reforçou ontem o apelo feito pela filha do falecido líder comunista Luiz Carlos Prestes, Anita Leocádia, ao presidente Lula em favor do italiano Cesare Battisti. Condenado pela Justiça italiana por quatro assassinatos cometidos na década de 70, quando militava em uma organização de esquerda, Battisti teve sua extradição pedida pela Itália e aprovada ontem pelo Supremo Tribunal Federal. O parlamentar atribuiu a decisão do Supremo também à pressão exercida pela mídia. Inácio Arruda apresentou requerimento, aprovado em seguida pelo Plenário, para que uma comitiva de cinco senadores acompanhe a visita do presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, ao Brasil, hoje e amanhã, em Salvador.

SIMON HOMENAGEIA FACULDADE DE DIREITO

PEDRO SIMON (PMDB-RS) homenageou ontem o centenário da Faculdade de Direito da Universidade de Caxias do Sul, onde foi o primeiro professor de Economia Política e de Sociologia, na Faculdade de Filosofia. Ele disse que foi o portador do documento oficial de autorização para a criação da universidade, assinado pelo então presidente da República, João Goulart. – Naqueles tempos, ainda numa idade em que a busca molda caminhos, a Universidade de Caxias do Sul me possibilitou juntar, em uma mesma travessia, a Economia, a Política, a Sociologia, a Filosofia e o Direito. Estão aqui, portanto, as bases da minha formação como ser social e político – assinalou.



Cavalcanti (E), Wellington, Lobão Filho, Virgílio e Azeredo discutem vinda de ministros

Aprovado convite a Dilma e Lobão para debater apagão

A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, estão entre os convidados para audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) que vai discutir as causas do apagão ocorrido no último dia 10. Apresentado pelo senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB), o requerimento foi aprovado ontem pelo colegiado depois de mais de uma hora de debate e muita polêmica.

Além dos dois ministros, serão ouvidos na audiência pública 18 convidados, entre os quais, o presidente do Tribunal de Contas da União, Ubiratan Aguiar, e

o diretor-geral brasileiro de Itaipu Binacional, Jorge Miguel Samek. A reunião, de acordo com o requerimento, será realizada em conjunto com as comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE).

Também deverá ser chamada para a audiência a presidente da Fundação Cacique Cobra Coral, Adelaide Scritori. A inclusão da nova convidada, que causou grande polêmica entre os senadores, foi solicitada pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM).

– Se houve problema meteorológico, como dizem, vamos ouvir a fundação – afirmou.

Para Sarney, apagão não é fato político

“Acho que está havendo um alargamento da discussão para que ela chegue ao terreno político.” A afirmação foi feita na manhã de ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, ao referir-se ao apagão que, na semana passada, deixou 18 estados brasileiros sem energia elétrica.

– Tratou-se de um acidente meteorológico. Ocorre aqui e em qualquer lugar do mundo. Todo sistema é vulnerável, depende da intensidade do fenômeno. A nossa convicção é que o fato se esgota em si.

Sobre a politização desse assunto, Sarney disse que a disputa política é inevitável, pois é parte integrante do jogo democrático.

Comissão debate destinação da faixa de 2,5 GHz

Os operadores de televisão por assinatura por meio de micro-ondas (MMDS) conquistaram o apoio da maioria dos senadores presentes à audiência na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) que debateu a Consulta Pública 31 da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), sobre a destinação da faixa de 2,5 GHz.

A Anatel propôs a mudança de destinação dessa faixa de frequência, reduzindo parte do espectro atualmente disponível para empresas que operam com MMDS e abrindo caminho para a utilização desse espectro pela quarta geração de telefonia móvel (4G), ainda em fase de estudos.

Relatório faz sugestões para redução do aquecimento

Documento apresentado na Comissão de Mudanças Climáticas propõe medidas como limites de perdas técnicas de energia nas etapas de geração, transmissão e distribuição

UMA DAS SUGESTÕES contidas no relatório da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas (CMMC) apresentado ontem pelo relator do colegiado, deputado Colbert Martins (PMDB-BA), é estabelecer limites legais de perdas técnicas de energia nas etapas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, considerando os fatores regionais de operação do sistema.

O documento – que ainda poderá sofrer alterações e deverá ser discutido e votado na próxima semana – recomenda a votação de diversos projetos relacionados às mudanças climáticas em tramitação na Câmara e no Senado, e sugere a alguns setores da economia a adoção de medidas visando à proteção ambiental e à redução do aquecimento global.

No campo legislativo, o relatório recomenda a aprovação do projeto de lei que institui a Política Nacional de Mudanças



Deputado Colbert Martins e senadora Ideli Salvatti na reunião da comissão mista

Climáticas (PLC 283/09) e o que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (PLC 284/09), que se encontram em tramitação na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), que deverá debatê-los hoje.

A comissão também defende a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, com a adoção de estratégias que minimizem a geração de resíduos urbanos, esgotos domésticos e efluentes industriais, com a im-

plementação de coleta seletiva, reciclagem e reúso desses detritos como forma de preservar as condições sanitárias e promover a redução das emissões de gases de efeito estufa.

O documento recomenda a exigência de instalação de equipamentos e manutenção de programas de coleta seletiva de resíduos sólidos como condição para a obtenção das autorizações para empreendimentos de alta concentração de pessoas.

Serys critica posição de EUA e China sobre clima

Serys Shessarenko (PT-MT) lamentou ontem, em Plenário, a posição adotada por Estados Unidos e China de não levar metas numéricas de redução das emissões de gases de efeito estufa à Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), marcada para dezembro, em Copenhague.

Integrante da Frente Parlamentar Ambientalista, a senadora aplaudiu a decisão do governo brasileiro de anunciar que adotará metas próprias, mesmo que os outros países não o façam.

Serys comunicou que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou projeto (PL 6.124/05) de sua autoria que define o crime de discriminação dos portadores do vírus da Aids.



Serys apoia decisão do Brasil de adotar metas

Casagrande considera avançada decisão do Brasil

O líder do PSB, Renato Casagrande (ES), considerou avançada a decisão do Brasil – a ser apresentada na conferência de Copenhague – de propor um corte de 36% a 39% nas emissões de gases de efeito estufa até 2020.

Ele apontou a diferença entre o Brasil e outros países, como China, Rússia, Austrália e Estados Unidos, especialmente este último, onde, após um ano de administração, o presidente Barack Obama não conseguiu aprovar a sua lei de redução de emissões no Senado.

– Os Estados Unidos não têm uma posição clara e acabaram se aliando a outros países que não têm posição e propõem que, na reunião da Dinamarca, só se fechem posições políticas e que o acordo liderado pela ONU seja consolidado no ano que vem, o que é um atraso.



Casagrande aponta diferença de posições

Sarney espera votar reforma ainda este ano

O presidente do Senado, José Sarney, lembrou que se encerra hoje o prazo dado aos senadores para que apresentem sugestões à proposta de reforma administrativa da Casa.

– Sexta-feira [amanhã], tenho um encontro com a Fundação Getúlio Vargas e acredito que, até o fim do ano, votamos no Plenário a reforma administrativa – disse o senador.

Destinada a enxugar o excesso de cargos e modernizar a instituição, essa reforma foi anunciada por Sarney logo que assumiu a Presidência do Senado, em fevereiro.

Pesar

Sarney encaminhou requerimento de voto de pesar pelo falecimento, terça-feira, do maranhense e ex-deputado federal Emílio Biló Murad.

Como foi aprovada pela CDH em decisão terminativa, proposta seguirá logo para sanção presidencial se não for apresentado recurso para votação em Plenário



Cristovam preside reunião da Comissão de Direitos Humanos: recursos virão do Fundo Nacional de Segurança Pública

Comissão aprova Cadastro de Crianças Desaparecidas

PROJETO QUE REGULAMENTA o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos foi aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O cadastro deverá reunir informações sobre menores cujo desaparecimento tenha sido registrado em órgão de segurança pública federal ou estadual.

Como foi aprovado em decisão terminativa, o projeto (PLC 60/09) será encaminhado logo à sanção presidencial se não for apresentado recurso para votação pelo Plenário do Senado.

Atualmente, cadastro com a mesma denominação é mantido na internet pela Secretaria Espe-

cial dos Direitos Humanos, ligada à Presidência da República, mas sem a mesma abrangência de que trata o projeto.

O texto acolhido pela CDH estabelece que os recursos para o desenvolvimento, a instalação e a manutenção da base de dados sairão do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). A forma de acesso aos dados e o processo de atualização e de validação das informações registradas serão tratados em convênio a ser estabelecido entre União, estados e Distrito Federal.

O relator do projeto na comissão, senador Gilvam Borges (PMDB-AP), destacou que a iniciativa tem o mérito de delegar

ao Poder Executivo o estabelecimento das ações administrativas que irão concretizar o cadastro, mas deixando a regulamentação e a forma de operacionalização a critério dos convênios.

Por sugestão do relator, os senadores da comissão rejeitaram emenda oferecida pelo então senador Expedito Júnior (PR-RO) para que as imagens e informações sobre os desaparecidos fossem obrigatoriamente veiculadas pelas emissoras de televisão mantidas pela União, por cinco minutos diários, no mínimo.

A alteração faria o projeto voltar para novo exame na Câmara, atrasando sua vigência.

CDH vai discutir o documentário *Perdão, mister Fiel*

A CDH aprovou ainda requerimento para realização de audiência pública para discutir o documentário *Perdão, mister Fiel*, que será exibido hoje no Festival de Cinema de Brasília. Autor do pedido, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), também presidente da comissão, esclarece que serão convidados o diretor do filme, Jorge Oliveira, e o agente da área de inteligência e repressão Marival Chaves.

Também foram aprovados requerimentos do senador Paulo Paim (PT-RS) para debater as relações trabalhistas na Vale, o autismo, as dificuldades de índios no Distrito Federal e a saúde do trabalhador na indústria da alimentação.

Comissão adia exame do projeto que criminaliza a homofobia

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa adiou a votação do substitutivo da senadora Fátima Cleide (PT-RO) ao projeto que pune com pena de um a três anos de prisão a discriminação contra pessoa idosa ou com deficiência e ainda em razão da orientação sexual. O texto (PLC 122/06) só deve ser votado após audiência pública sobre o tema.

O debate será mais uma tentativa para se chegar a um consenso em torno da proposta. O presidente da CDH, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), concedeu pedido de vista coletiva, para abrir espaço para o debate.

Os críticos do projeto argumentam que, se a proposta for aprovada, pais e líderes religi-

osos podem ser presos por dizer que a homossexualidade é pecado. A relatora afirmou que as reações ao projeto levam em conta o texto que saiu da Câmara, e não o seu substitutivo, que, segundo ela, atende às diferentes demandas. Mas reafirmou a necessidade de medidas para punir condutas que tenham a intenção de vitimar pessoas.

Magno Malta (PR-ES) e Marcelo Crivella (PRB-RJ) assinalaram que são contrários à discriminação contra homossexuais. Mas apontam falta de clareza da proposta, que daria margem a punições exageradas.

– A Bíblia diz que o homossexualismo é uma abominação, mas estarei incitando o ódio se fizer tal menção? – indagou Crivella.

Sarney discute orçamento para Copa do Mundo e Olimpíadas

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o ministro do Esporte, Orlando Silva, e o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Nuzman. Na pauta, a busca de recursos para a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 no Brasil. Ao chegar ao Congresso, Sarney já havia dito que, na sua avaliação, não faltará dinheiro para esses eventos.

Observando que o orçamento de seu ministério para 2009 foi de R\$ 1,4 bilhão, Orlando Silva pediu que o Congresso amplie esses recursos. Acompanhado de vários atletas, o ministro visitou também o presidente da Câmara, Michel Temer.

– Viemos abrir esse diálogo com o Poder Legislativo. Amanhã, estaremos com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Precisamos de solidariedade e de apoio para esses eventos. E o presidente Sarney hipotecou toda a solidariedade aos nossos esforços. Ele nos informou que vai procurar os senadores para defender nossa proposta – informou Orlando Silva.

Já Carlos Nuzman disse que agradeceu ao presidente Sarney a aprovação do projeto que garantiu os investimentos necessários para a candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, mas observou que o Senado pode ampliar os recursos orçamentários para a realização desses jogos.

Em encontro na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) com dirigentes e atletas, senadores assumiram o compromisso de apoiar as demandas do esporte.



Sarney recebe o ministro do Esporte, Orlando Silva, e vários atletas

Ministro de Assuntos Estratégicos apoia adesão da Venezuela

José Sarney recebeu também ontem a visita do novo ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Samuel Guimarães, que veio conversar com o senador sobre as tarefas que o aguardam no cargo.

À saída da audiência, Guimarães foi questionado por jornalistas sobre a decisão a ser tomada pelo Plenário do Senado sobre o ingresso da Venezuela no Mercosul. Ele defendeu a aprovação do protocolo de adesão desse país ao bloco.

– O ingresso da Venezuela no Mercosul é extremamente importante. O país tem extraordinários recursos naturais e não somente petróleo. O governo da Venezuela tem tratado o Brasil de forma extraordinária – afirmou Guimarães.

Senado mostra retrospectiva da fotografia francesa

O programa Senado Cultural e a Aliança Francesa de Brasília realizam de amanhã até o próximo dia 29, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, a exposição *100 X France*, que traça uma retrospectiva da história da fotografia francesa desde suas origens até os dias atuais. A mostra será inaugurada oficialmente na próxima terça.

A exposição mostra a evolução da fotografia por meio das imagens produzidas por fotógrafos franceses e aborda a história da fotografia francesa de diferentes formas: a evolução de técnicas e processos, os temas e a permanente relação entre fotografia e outras ciências. Cada uma das imagens é apresentada com um texto que conta a respectiva história da fotografia e do seu autor.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Osmar Dias

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Iracema F. da Silva e Alberto R. Alvim
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Mão Santa propõe homenagem do Senado a professora paranaense

Mão Santa defende piso de professores

Mão Santa (PSC-PI) defendeu ontem o piso salarial nacional para os professores da educação básica, sugerindo que a professora Isolina seja trazida a Brasília e homenageada pelo Senado pelo seu trabalho em uma pequena escola localizada numa ilha do Paraná. A professora havia sido citada pouco antes por Osmar Dias (PDT-PR) como um exemplo de dedicação, por percorrer grande distância e ganhar pouco para educar. Mão Santa criticou os governadores que não querem pagar o piso.

Rosalba destaca emendas da CE

Das quatro emendas ao projeto de Lei Orçamentária de 2010 aprovadas ontem pela Comissão de Educação, três tiveram seu texto final elaborado a partir de sugestão de Rosalba Ciarlini (DEM-RN). Da tribuna, a senadora explicou cada uma delas, como a que destina R\$ 200 milhões para a modernização da infraestrutura do esporte recreativo e do lazer nos municípios brasileiros.

Outra emenda aprovada, de autoria de Rosalba, destina R\$ 120 milhões para fomentar a criação de espaços culturais em cidades com população inferior a 100 mil habitantes.

A senadora viu aprovada ainda pela Comissão de Educação emenda que beneficia com R\$ 400 milhões a área de educação básica.

Suplicy apoia recuo sobre Bolsa Celular

A decisão anunciada pelo ministro das Comunicações, Hélio Costa, de desistir da implantação do programa Bolsa Celular, recebeu o apoio do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). O parlamentar disse que em vez de distribuir celulares e oferecer um crédito mensal de R\$ 7, melhor seria aumentar o valor do Bolsa Família. Suplicy lembrou que os programas de transferência de renda já estão unificados no Bolsa Família desde 2003.

Osmar relata exemplo de vida

Osmar Dias (PDT-PR) relatou ao Plenário viagem que fez pelo interior do Paraná, na semana passada, quando visitou pequenas comunidades para conhecer seus problemas e reivindicações. O senador frisou que, tanto as pessoas que vivem em uma comunidade de 12 habitantes, como as que vivem na maior cidade do estado, Curitiba, têm os mesmos direitos e devem receber do Estado a mesma atenção.

Osmar reiterou compromisso parlamentar "com as pessoas simples" e disse que elas querem, daqueles que ocupam cargos públicos ou detêm mandato, que cumpram suas promessas, da mesma forma que buscam devolver ao Estado brasileiro o que ele lhes oferece. O senador contou a história de pessoas que ajudam a sociedade.



Oswaldo Sobrinho: Brasil mostrou avanço no ensino a distância

Sobrinho relata reunião do Parlatino

Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) relatou ao Plenário reunião do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), ocorrida nos dias 12 e 13 de novembro em Buenos Aires, para discutir, entre outros temas, a educação a distância. Ele informou que o Brasil apresentou sua experiência no que diz respeito aos métodos, ferramentas e recursos pedagógicos virtuais. Lembrou que existem no Brasil cerca de 800 mil estudantes de graduação a distância e que a Universidade Aberta no Brasil já conta 86 instituições, distribuídas em 550 polos.

Juros altos em cartão de crédito

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) voltou a defender ontem a desconcentração no setor de cartões de crédito, em que, segundo ele, apenas duas empresas (Visa e Mastercard) dominam 90% do mercado nacional, situação que classificou como duopólio. Para o senador, essas duas empresas cobram juros excessivamente altos dos consumidores e taxas de serviço "extorsivas" dos comerciantes. Além disso, elas demoram, em média, 30 dias para transferir os pagamentos aos estabelecimentos.

Representantes ouvidos pela Comissão de Educação alertaram para a diminuição dos recursos do Fundeb provocada pela crise financeira e pela queda da arrecadação

Municípios não têm dinheiro para investir em educação

A QUEDA DA arrecadação das receitas tributárias que constituem o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), decorrente da crise financeira internacional, deixou os municípios sem condições de investir em educação e até mesmo, em muitos casos, sem recursos para pagar os salários dos professores. O alerta foi feito por especialistas, em debate promovido ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Nota do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), lida pela presidente do órgão e secretária de Educação do Paraná, Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, informa que a previsão inicial de R\$ 76,8 bilhões para o Fundeb em 2009 caiu para R\$ 67,6 bilhões – uma redução de 12%. Se incluídos os recursos da União, segundo Selma Maquiné, da Confederação Nacional de Municípios (CNM), a receita passa de R\$ 81,9 bilhões para R\$ 72,7 bilhões. Nos municípios, conforme a CNM, a queda foi de R\$ 4,6 bilhões. Já o valor mínimo nacional por aluno ao ano, que era de R\$ 1.350,90, está estimado agora em R\$ 1.221,34 (redução de 9,5%).

Prejuízos

A nota do Consed afirma que projetos e ações de melhoria, aperfeiçoamento e modernização da educação certamente estão sendo afetados em todo o país, já que gastos obrigatórios não poderão ser reduzidos. Lembra que o Congresso promulgou recentemente a Emenda Constitucional 59 – que garante o fim dos cortes orçamentários destinados à educação – e pede ao governo federal que parcela dos recursos agora novamente vinculados ao setor seja destinada à assistência financeira aos estados e municípios que enfrentam mais dificuldades.

O presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e secretário municipal de Educação de Castro (PR), Carlos Edu-

ardo Sanches, disse que a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), utilizada pelo governo para estimular a atividade econômica, trouxe problemas para a educação.

– A grande maioria dos 5.564 municípios passa por uma completa inércia na área dos investimentos em educação – afirmou Sanches.

O presidente da Undime acrescentou que, quando mais de 80% dos recursos do Fundeb são comprometidos com salários, "cai muito a educação" se o município não tiver fonte de recursos próprios.

Pela CNM, Selma Maquiné afirmou que, em muitos municípios, os gastos com a folha de pagamento superam os 100% do Fundeb. Com isso, observou, não há dinheiro para transporte escolar, construção de escolas, formação continuada de professores e material didático.

Arrecadação

O coordenador de Estudos, Previsão e Análise da Receita Federal do Brasil, Jefferson Rodrigues, explicou que o Imposto de Renda e o IPI foram os tributos que mais sofreram com a redução da atividade econômica, o que afetou fortemente o Fundeb. Com a retomada do crescimento, segundo Rodrigues, há sinais positivos em relação à arrecadação tributária.

Já o coordenador-geral de Operacionalização do Fundeb e de Acompanhamento e Distribuição da Arrecadação do Salário Educação, Vander Oliveira Borges, disse que a complementação de recursos feita pela União aos municípios "serviu de colchão de amortecimento dos impactos da crise para os estados mais afetados".

A audiência pública foi solicitada pelos senadores José Nery (PSOL-PA) e Romeu Tuma (PTB-SP).

CE pedirá ao governo recursos emergenciais

A CE deverá pedir ao ministro da Educação, Fernando Haddad, medidas para melhorar, em caráter emergencial, a situação orçamentária da educação nos municípios. A comissão também enviará ofício aos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e ao próprio Haddad, indagando sobre as negociações para a compensação dessa perda de recursos. E encaminhará ao governo a proposta de instituição, por medida provisória, de um

fundo emergencial, além da sugestão de aproveitamento de parcela dos recursos que voltaram a ser vinculados à educação, conforme estabelece a Emenda Constitucional nº 59.

As providências foram anunciadas por Flávio Arns (PSDB-PR), que presidiu a reunião de ontem, a partir de sugestões do senador José Nery (PSOL-PA) e dos especialistas ouvidos.

Para Nery, a saída apontada para a crise foi a de fortalecer

os setores produtivos – "ou não produtivos, como os bancos" – o que representou um golpe nas políticas sociais. Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que a queda do Fundeb é "uma tragédia para o país". Rosalba Ciarlini (DEM-RN) manifestou interesse na previsão de recuperação da arrecadação. Sérgio Zambiasi (PTB-RS) informou que uma das emendas da CE ao Orçamento destina recursos para a educação básica.



Yvelise de Souza Arco-Verde



Jefferson Rodrigues



Vander Oliveira Borges



Carlos Eduardo Sanches



Selma Maquiné

EMENDAS AO ORÇAMENTO DE 2010

A Comissão de Educação aprovou quatro emendas ao Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2010. Em seu relatório, Sérgio Zambiasi (PTB-RS) definiu uma emenda de R\$ 200 milhões para a modernização da infraestrutura esportiva; uma de R\$ 120 milhões para fomento a projetos cinematográficos e audiovisuais; outra de R\$ 400 milhões para apoio ao desenvolvimento da educação básica; e uma de R\$ 300 milhões para o funcionamento dos hospitais de ensino federais.

BOLSAS PARA TRABALHO COM INDÍGENAS

A CE aprovou proposta do Poder Executivo (PLC 281/09) que autoriza o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a conceder bolsas para alunos e professores vinculados a projetos e programas de ensino e extensão voltados para populações indígenas, quilombolas e do campo. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) também é autorizado a conceder bolsas para projetos de extensão universitária.

Fotos: Geraldo Magela

Projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais cria organizações regionais com a função de monitorar disponibilidade de órgãos para transplantes nos hospitais

Comissões especializadas deverão captar órgãos

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem proposta que pretende dar mais agilidade e eficiência ao processo de captação de órgãos para transplantes. Comissões especializadas seriam criadas no âmbito do Sistema Nacional de Transplantes com a função de buscar potenciais doadores nos hospitais de sua região de abrangência.

O projeto (PLS 347/07), do senador Osmar Dias (PDT-PR), foi aprovado com o texto substitutivo do relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE). O autor havia proposto que as comissões funcionassem em cada hospital com mais de 80 leitos, mas o relator considerou que o porte do hospital não é determinante para a concentração de doadores nem para a existência de condições técnicas para a captação. Arruda citou como exemplo os hospitais psiquiátricos, "que não se constituem em locais de captação de potenciais doadores, ainda que possam ter um grande número de leitos".

Pelo substitutivo, as organizações de procura de órgãos devem monitorar as notificações de morte encefálica, mantendo contato permanente com os hospitais. Para a captação de córneas, o relator incluiu regras específicas: as organizações deverão realizar a busca de doadores com parada cardíaca irreversível, providenciar os exames indicados, captar, preparar, avaliar e preservar as córneas.

Antibióticos

A CAS também aprovou substitutivo do senador Renato Casagrande (PSB-ES) a projeto



Relator Arruda (com Rosalba) retirou critério de número de leitos nos hospitais

que exige prescrição de medicamentos que contenham antimicrobianos apenas por profissional habilitado, bem como a retenção da receita pela farmácia. Ainda de acordo com a proposta (PLC 111/09), da deputada Sandra Rosado (PSB-RN), esses medicamentos passam a ser submetidos ao controle sanitário especial.

Casagrande inseriu a proposta de Sandra Rosado na lei que trata do controle sanitário do comércio de drogas e medicamentos (Lei 5.991/73). Na avaliação do senador, a inserção na lei possibilita que o descumprimento configure infração à legislação sanitária federal. A proposta, enfatizou Casagrande, visa refrear a automedicação com antibióticos, uma vez que ela causa aumento do número de intoxicações, bem como da resistência bacteriana aos medicamentos.

Na discussão da matéria, o senador e médico Augusto Botelho (PT-RR) também ressaltou a importância da medida para evitar que os micróbios se tornem resistentes pelo uso in-

discriminado dos antibióticos. A presidente da CAS, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), observou que, em muitos países, os antibióticos só são vendidos com controle. A senadora, que também é médica, informou que a utilização errada desses medicamentos pode causar efeitos colaterais graves.

Crianças

A comissão também aprovou substitutivo a projeto (PLS 227/08) da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) que prioriza atenção à saúde de crianças e adolescentes no âmbito do Sistema Único de Saúde. A proposta define práticas preventivas nos cuidados com a saúde dessa parcela da população, bem como estabelece normas para atendimento médico.

A relatora, Rosalba Ciarlini, lembrou que a criança precisa ir ao médico mesmo sem estar doente para acompanhamento do seu desenvolvimento físico e psíquico. Em sua avaliação, a ação preventiva é fundamental para detectar doenças que podem surgir durante essa fase.

Piso salarial

O piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas poderá passar a ser de R\$ 7 mil, de acordo com proposta do senador Gilvam Borges (PMDB-AP), aprovada pela CAS em decisão terminativa. O projeto (PLS 140/09) também fixa a jornada de trabalho desses profissionais em quatro horas diárias ou 20 horas semanais.

O relator da proposta, senador Mão Santa (PSC-PI), ressaltou que geralmente os médicos precisam trabalhar em muitos locais para terem um "salário digno".

Já a presidente da CAS, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), avaliou que o projeto pode evitar que muitos profissionais exerçam a profissão no setor privado, o que, para ela, prejudica o atendimento à saúde das pessoas menos favorecidas economicamente.

Também foi aprovado o PLS 447/09, do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que concede anistia ao empregador doméstico quanto às contribuições devidas à Seguridade Social.

Responsável por deficiente pode ter seguro-desemprego ampliado

Projeto que aumenta o período de cobertura do seguro-desemprego em dois meses para trabalhadores que tenham sob sua responsabilidade pessoa com deficiência também foi aprovado ontem pela CAS. O benefício atualmente é pago em até cinco parcelas. A proposta, da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), foi acolhida em decisão terminativa.

No projeto original (PLS 668/07), Marisa Serrano sugeria um período de até sete meses de seguro-desemprego para trabalhadores que têm sob sua responsabilidade criança com deficiência. No entanto, a relatora, senadora Fátima Cleide (PT-RO), apresentou emenda dilatando em até dois meses o seguro-desemprego desses trabalhadores, uma vez que, de acordo com a legislação vigente, há prazos variáveis para a concessão do benefício. Fátima Cleide também apresentou emenda estabelecendo que o seguro seja destinado a trabalhadores que têm sob sua responsabilidade pessoa com deficiência, e não apenas crianças com deficiência.



Projeto de Marisa Serrano aumenta período do benefício em dois meses

Hidrelétrica

A comissão ainda aprovou projeto (PDS 200/07) que autoriza o aproveitamento dos recursos hídricos do rio Mucajaí, em Roraima, o que inclui o potencial energético. A proposta, de Augusto Botelho (PT-RR), ainda será examinada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O relator, Papatéo Paes (PSDB-AP), disse que a construção de uma hidrelétrica no rio Mucajaí vai contribuir para evitar um "apagão" em Roraima. Segundo o senador, a energia elétrica do estado provém da Venezuela, país que vem enfrentando problemas energéticos.

Loteria Esportiva deve reforçar fundo de meio ambiente

O Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) receberá recursos da Loteria Esportiva Federal, num montante equivalente à renda líquida de dois concursos de prognósticos a cada ano. É o que determina projeto aprovado ontem de forma terminativa pela CAS. Se não houver recurso para análise em Plenário, a matéria seguirá para a Câmara dos Deputados.

Segundo o relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), fortalecer o FNMA representa "importante iniciativa voltada para o financiamento de projetos ambientais capazes de representar modelos que possam ser disseminados e reproduzidos por todo o país".

O relator acatou a emen-

da apresentada pela própria autora da proposição, Serys Shhessarenko (PT-MT), modificando o montante destinado ao FNMA. No projeto original, seria destinado percentual da arrecadação líquida obtida com as loterias (como a federal, a instantânea e a esportiva), além de uma parte do valor dos prêmios acumulados.

Na opinião de Valdir Raupp, a pulverização crescente das receitas das loterias federais torna impossível agregar mais um destinatário. E retirar recursos dos prêmios acumulados, que são um estímulo ao aumento da arrecadação das loterias, sacrificaria o financiamento de vários programas e fundos sociais do governo.

Pescadores poderão parcelar débitos com o INSS

Pescadores prejudicados pela redução da atividade pesqueira poderão parcelar seus débitos com a Seguridade Social. Projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) com essa finalidade foi aprovado ontem pela CAS, em decisão terminativa.

A proposta (PLS 456/08) prevê a regularização parcelada dos débitos com prestações de até 30% do valor da renda mensal do benefício. A medida atenderá pescadores que realizam sua atividade em áreas atingidas por danos ambientais ou ecológicos certificados pela Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca.

Paulo Paim apresentou a proposta para auxiliar particularmente pescadores da Lagoa dos Patos e do litoral do Rio Grande do Sul. O senador explica que a pesca nesses locais foi prejudicada pela degradação ambiental causada por detritos urbanos e industriais. A redução da atividade pesqueira, ressaltou, atingiu cerca de 10 mil pescadores gaúchos, que se tornaram inadimplentes quanto às contribuições para o Instituto Nacional do Seguro

Social (INSS).

O relator, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), argumentou que não há concessão de privilégio ou exceção à categoria, uma vez que todo aquele ecossistema está comprometido e sem condições de revitalização em curto prazo.

Profissões

A CAS também aprovou projeto do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que regulamenta a profissão de técnico em prótese dentária. A proposta descreve a atividade como aquela prestada por profissional com curso técnico em prótese dentária, que trabalha sob a orientação direta ou indireta de dentista.

A comissão aprovou ainda a regulamentação da profissão de taxista, em projeto (PLS 175/05) do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), bem como a proposta (PLC 220/09) da deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para redefinir os critérios para caracterização das atividades ou operações perigosas.

Projetos aprovados beneficiam pacientes e trabalhadores

- A CAS também aprovou:
- PLS 157/09, da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE): torna obrigatórios calendários diferenciados de vacinação para pessoas com baixa resistência imunológica.
 - PLS 210/02, do ex-senador Mauro Miranda: estabelece o fornecimento de leite maternizado para os filhos de mães portadoras do vírus HIV.
 - PLS 271/07, do senador Magno Malta (PR-ES): permite o funcionamento de comunidades de recuperação de dependentes químicos sem observação de normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).
 - PLS 29/06, do ex-senador Ney Suassuna: altera as regras para a concessão de registro

- sanitário de medicamento ou de princípio ativo.
- PLS 416/09, do senador Marconi Perillo (PSDB-GO): visa assegurar o tratamento dos pacientes portadores de hemofilia.
- PLS 281/08, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE): fixa prazo de recolhimento e multa ao empregador que atrasar contribuição sindical.
- PLS 322/06, do senador Demostenes Torres (DEM-GO): permite que o trabalhador com 65 anos ou mais movimente conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- PLS 159/03, do senador Paulo Paim (PT-RS): concede auxílio alimentação aos trabalhadores de empresas de serviços terceirizados.